

Corte de informação: 28 de outubro de 2026

Documento executivo para clientes da Farah & Laurindo Sociedade de Advogados

01 LEITURA EXECUTIVA
Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

Pós-eleições: o cenário jurídico não muda de um dia para o outro

O resultado eleitoral encerra uma etapa política, mas não altera por si só tributos, contratos ou estruturas empresariais. Até o fim de 2026 há decisões técnicas e legislativas relevantes em curso, e uma janela concreta para preparar 2027 com antecedência.

LEITURA F&L • MENSAGEM CENTRAL

Os próximos 60 dias são de preparação, não de precipitação.

Empresas e famílias devem separar três categorias: o que já é lei, o que tem cronograma oficial e o que ainda depende de votação, regulamentação ou julgamento. Essa distinção reduz ruído e melhora a qualidade da decisão.

JÁ DEFINIDO

Reforma do consumo avança

A CBS entra em cobrança efetiva em 2027. A alíquota de referência ainda depende de definição do Senado até 15/12.

OPORTUNIDADE

ITBI e integralização de imóveis

O STF decidiu em 20/10 que a imunidade na integralização de capital independe da atividade imobiliária preponderante, com limites e ressalva contra fraude.

EM ADAPTAÇÃO

Sistemas fiscais e documentos

Há marcos operacionais em 15/11, 01/12 e 01/01/2027. Sistemas, cadastros, contratos e formação de preço devem ser revisados.

EM DEBATE

Código Civil e empresas

A reforma do Código Civil segue em comissão no Senado. Contratos, atividade empresarial, sucessões e direito digital estão entre os temas em análise.

Nota institucional: este informativo não projeta medidas do governo eleito. O foco é o direito vigente, os cronogramas oficiais e as matérias efetivamente em tramitação.

02 CALENDÁRIO

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

O que ainda acontece antes de 2027

Cinco datas merecem entrar no radar de empresários, contadores, gestores financeiros e titulares de patrimônio.



DATA	MOVIMENTO	STATUS	FOCO
30 OUT	TCU deve encaminhar ao Senado o cálculo e a proposta de referência da CBS.	DEFINIÇÃO PENDENTE	Tributário
15 NOV	Início da 2ª fase da Declaração de Regimes Específicos (DeRE).	CRONOGRAMA OFICIAL	Operacional
01 DEZ	Novos documentos e obrigações entram no cronograma, inclusive para imóveis, locações, plataformas e operações específicas.	CRONOGRAMA OFICIAL	Operacional
15 DEZ	Prazo indicado pelo Senado para definir, por resolução, a alíquota de referência da CBS.	DEFINIÇÃO PENDENTE	Tributário
01 JAN	Nova etapa da Reforma Tributária: CBS em 2027 e obrigações e documentos adicionais, inclusive para o Simples Nacional.	MARCO OFICIAL	2027

AÇÃO • PONTO DE GESTÃO

Não espere janeiro para testar janeiro.

A fase mais valiosa é a anterior à obrigatoriedade: validar ERP, emissão fiscal, cláusulas de preço, margens, cadastros de produtos e serviços e responsabilidades contratuais.



CBS: a principal definição tributária que ainda falta em 2026

O Senado informou em 27/10 que a alíquota de referência da CBS deverá ser definida até 15 de dezembro, depois do cálculo a ser encaminhado pelo TCU.

ATENÇÃO TÉCNICA • STATUS

A alíquota ainda não é oficial.

Simulações empresariais devem trabalhar com cenários. Estimativas divulgadas não devem ser tratadas como número definitivo.

PREÇO & MARGEM

Revisar a formação de preço

A mudança do modelo de tributação do consumo exige leitura de créditos, incidências, contratos e capacidade de repasse econômico.

CONTRATOS

Definir cláusulas de transição

Contratos de longo prazo devem ser revisados quanto à alocação de riscos tributários, reajustes e eventos de mudança legislativa.

SISTEMAS

Mapear documentos fiscais

O cronograma oficial alcança diferentes documentos e setores em novembro, dezembro e janeiro.

GOVERNANÇA

Criar trilha de evidências

Memórias de cálculo, decisões internas e registros de testes ajudam a reduzir inconsistências na transição.

Sinal positivo de transição

Receita Federal e CGIBS informaram a flexibilização de regras de validação para evitar a rejeição automática de determinados documentos fiscais pela ausência de campos de CBS e IBS. A medida reduz o risco operacional da implantação, mas não elimina a necessidade de adaptação.

04 PATRIMÔNIO & HOLDINGS

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

Uma decisão do STF abriu espaço para reavaliar estruturas - Holdings

Em 20 de outubro de 2026, o STF julgou o Tema 1.348 da repercussão geral, sobre ITBI na integralização de imóveis ao capital social.

OPORTUNIDADE JURÍDICA • TEMA 1.348

Imunidade de ITBI também para empresas com atividade imobiliária preponderante

O STF reconheceu a imunidade do ITBI na integralização de bens ao capital social independentemente da atividade preponderante da empresa. A imunidade permanece limitada ao valor do capital social integralizado, em linha com o Tema 796, e não protege simulação ou fraude.

QUEM DEVE REVISAR

Holdings patrimoniais

Estruturas já criadas ou em planejamento podem merecer reanálise do custo de integralização de imóveis.

LIMITE RELEVANTE

Capital social

A decisão não significa imunidade irrestrita sobre qualquer valor ou operação.

CUIDADO

Substância econômica

O próprio STF ressalvou a possibilidade de fiscalização em casos de simulação ou fraude à lei.

ESTRATÉGIA

Diagnóstico antes do ato

Documentação, finalidade, avaliação, capital e desenho societário precisam ser coerentes entre si.

Leitura F&L: a decisão favorece o planejamento legítimo, mas reforça a necessidade de estrutura técnica, documentação e análise individual.

05 SUCESSÃO & PATRIMÔNIO

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

ITCMD: novas regras nacionais e novos projetos no radar

A Lei Complementar 227/2026 instituiu normas gerais nacionais para o ITCMD. Para famílias empresárias e patrimônios relevantes, premissas antigas de sucessão e avaliação precisam ser revistas.

VIGENTE • LEI EM VIGOR

LC 227/2026 já faz parte do cenário sucessório

A lei instituiu normas gerais de ITCMD e alterou a arquitetura normativa do imposto. A aplicação concreta continua exigindo leitura conjunta com a legislação de cada Estado e do Distrito Federal.

MONITORAMENTO PRETOR® • PROJETO EM TRAMITAÇÃO

PLP 247/2026: empresas familiares produtivas

O projeto propõe diretrizes nacionais para permitir regimes estaduais de isenção condicionada de ITCMD na transmissão de participações societárias em empresas familiares produtivas. Em 28/10/2026 continua em tramitação e não deve ser tratado como benefício existente.

O que fazer agora

- Revisar doações, usufruto, cláusulas societárias e governança com base na legislação atual, e não em modelos antigos.
- Comparar o custo tributário com os objetivos de controle, sucessão, renda e continuidade empresarial.
- Evitar decisões motivadas apenas pela expectativa de um projeto ainda não aprovado.

06 DIREITO EMPRESARIAL
Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

Código Civil: mudança relevante em discussão, mas ainda não em vigor

O PL 4/2025, que propõe ampla atualização do Código Civil, segue em análise no Senado. A comissão temporária teve o prazo prorrogado até 22 de dezembro de 2026.

TEMA	O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO	STATUS
Contratos	Regras de obrigações, responsabilidade e novos contextos tecnológicos.	EM TRAMITAÇÃO
Empresas	Dispositivos sobre atividade empresarial e relações privadas podem ser atualizados.	EM TRAMITAÇÃO
Sucessões	Herança, inventário e regras familiares integram o debate legislativo.	EM TRAMITAÇÃO
Direito digital	O projeto cria disciplina específica para relações civis digitais.	EM TRAMITAÇÃO

SEGURANÇA JURÍDICA • COMO AGIR

Monitorar sem antecipar a lei.

Contratos e estruturas atuais continuam submetidos ao direito vigente. O valor está em identificar cláusulas e modelos que poderão exigir revisão se o texto avançar, sem aplicar hoje uma norma que ainda não existe.

07 CENÁRIO FISCAL
Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

Orçamento de 2027 ainda está em construção

O PLOA 2027 (PLN 24/2026) foi enviado ao Congresso em 31 de agosto. Entre outubro e dezembro estão previstas audiências, análise de receitas, emendas e votação dos relatórios.

O QUE É

Planejamento fiscal da União

O Orçamento define receitas e despesas federais para 2027 e sinaliza prioridades de política pública e investimento.

O QUE NÃO É

Não altera tributos sozinho

O PLOA não cria nova alíquota de imposto. Alterações tributárias dependem do instrumento jurídico adequado.

POR QUE IMPORTA

Cenário de negócios

Metas, investimentos e prioridades fiscais influenciam crédito, setores regulados, obras, demanda pública e ambiente econômico.

COMO ACOMPANHAR

O texto final importa

Até a aprovação, números e prioridades podem mudar por emendas e ajustes de receita.

LEITURA EXECUTIVA • PONTO DE DECISÃO

Planejamento empresarial deve trabalhar com cenários.

O orçamento indica a direção fiscal; a decisão jurídica deve se apoiar em normas efetivamente aprovadas e na situação concreta do negócio.

08 MAPA DE SEGURANÇA

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

O que é lei, o que é cronograma e o que ainda é expectativa

A separação abaixo é o filtro usado no monitoramento PRETOR® para reduzir ruído e priorizar decisões concretas.

MAIS SEGURANÇA PARA DECIDIR — MAIS CAUTELA

SEGURANÇA ALTA
É norma ou decisão
- LC 227/2026
- Tema 1.348 do STF

SEGURANÇA ALTA
Tem cronograma oficial
- Documentos fiscais da reforma
- CBS em 2027

ATENÇÃO
Depende de definição
- Alíquota de referência da CBS

MONITORAR
Ainda é projeto
- PL 4/2025 (Código Civil)
- PLP 247/2026 (ITCMD)
- PLOA 2027

TEMA	O QUE ACONTECE	STATUS	QUANDO
LC 227/2026	Normas gerais do ITCMD e estrutura do CGIBS.	VIGENTE	Desde jan/2026
Tema 1.348 STF	ITBI na integralização de capital.	JULGADO	20/10/2026
CBS 2027	Percentual de referência será definido pelo Senado.	PENDENTE	Até 15/12
Documentos fiscais	Cronograma de obrigações e leiautes da reforma.	OFICIAL	Nov, dez e jan
PL 4/2025	Atualização ampla do Código Civil.	EM TRAMITAÇÃO	Comissão
PLP 247/2026	ITCMD e empresa familiar produtiva.	EM TRAMITAÇÃO	Senado
PLOA 2027	Orçamento federal para 2027.	EM TRAMITAÇÃO	Congresso

PRETOR® • REGRA PRÁTICA

Projeto não é lei. Estimativa não é alíquota. Decisão judicial não dispensa a análise do caso.

O filtro parece simples, mas é justamente o que evita decisões caras baseadas em manchetes, promessas ou modelos genéricos.

09 AGENDA DO CLIENTE

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

Seis revisões que fazem sentido antes do fechamento de 2026

A prioridade não é mudar por ansiedade. É verificar onde a nova realidade jurídica altera custo, risco ou oportunidade.

TRIBUTÁRIO

Simular 2027 com cenários de CBS e IBS e revisar margens, créditos e preços.

FISCAL & TI

Validar ERP, documentos fiscais, cadastros e responsabilidades entre a empresa e os fornecedores de sistema.

CONTRATOS

Mapear contratos de longo prazo e cláusulas de reajuste, tributos, preço e mudança legislativa.

PATRIMÔNIO

Reavaliar a integralização de imóveis e holdings à luz do Tema 1.348 do STF.

SUCESSÃO

Revisar estruturas familiares considerando a LC 227/2026, a legislação estadual e a governança.

SOsocietário

Conferir contrato social, acordo de sócios, poderes, saída, sucessão e aderência à realidade atual da empresa.

FARAH & LAURINDO • NOSSA LEITURA PARA 2027

Antecipação vale mais do que improviso.

Reforma tributária, novos precedentes e revisão de regras patrimoniais criam um ambiente em que decisões isoladas tendem a ser menos eficientes. O melhor resultado vem da análise integrada de empresa, tributos, contratos, patrimônio e sucessão.

10 TECNOLOGIA PRETOR®

Pós-eleições 2026 | 2027: o que esperar

F&L FARAH & LAURINDO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Monitoramento jurídico aplicado à decisão

O PRETOR® organiza fontes oficiais, mudanças legislativas, precedentes e cronogramas regulatórios em uma leitura prática para empresas e famílias atendidas pela Farah & Laurindo.



Monitorar

Congresso, Receita Federal, STF, STJ, legislação e atos regulatórios.

Classificar

Vigente, em regulamentação, projeto, julgamento, prazo e impacto potencial.

Conectar

O dado vira recomendação só depois de confrontado com contratos, patrimônio e objetivos do cliente.

Atualizar

Estruturas empresariais e patrimoniais acompanham as mudanças relevantes ao longo do tempo.

IMPORTANTE • AVISO

Material informativo e executivo.

As conclusões dependem da realidade de cada cliente, do Estado ou Município envolvido, do setor econômico e da documentação disponível. Projetos legislativos foram identificados como tais e não foram tratados como norma vigente.



Referências utilizadas nesta edição

Corte de informação: 28/10/2026. Links oficiais para conferência e acompanhamento.

01 **Tribunal Superior Eleitoral. Calendário Eleitoral 2026**

https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Marco/eleicoes-2026-confira-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral

02 **Senado Federal. Reforma tributária: alíquota da CBS será definida pelo Senado (27/10/2026)**

https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2026/10/reforma-tributaria-aliquota-da-cbs-sera-definida-pelo-senado

03 **Receita Federal. Orientações da Reforma Tributária do Consumo (atualizado em 16/10/2026)**

https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-atividades/reforma-tributaria-do-consumo/orientacoes-da-reforma-tributaria

04 **Ministério da Fazenda, Receita Federal e CGIBS. Flexibilização de validações em documentos fiscais**

https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/agosto/receita-federal-e-cgibs-flexibilizarao-obrigatoriedade-de-informacoes-em-documentos-fiscais

05 **STF. Tema 1.348, RE 1.495.108. ITBI e integralização de capital**

https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6929423

06 **STF Notícias. Imunidade de ITBI para empresas do setor imobiliário (21/10/2026)**

https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/imunidade-de-itbi-na-integralizacao-de-capital-vale-tambem-para-empresas-do-setor-imobiliario-decide-stf/

07 **Planalto. Lei Complementar nº 227, de 13/01/2026**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp227.htm

08 **Senado Federal. PLP 247/2026**

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/175719

09 **Senado Federal. PL 4/2025 e Comissão Temporária de Atualização do Código Civil**

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998

10 **Congresso Nacional. Orçamento da União 2027, PLN 24/2026**

https://www.congressonacional.leg.br/web/orcamento/acompanhe/orcamento-anual/-/loa/2027

F&L | FARAH & LAURINDO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Atuamos onde empresas, sócios, tributos, contratos e patrimônios entram em crise, para reorganizar, proteger e dar continuidade ao que foi construído.

EMPRESARIAL | TRIBUTÁRIO | SOCIETÁRIO | CONTRATOS | PATRIMÔNIO | SUCESSÃO

Coordenação jurídica

Rodrigo Kfouri Laurindo

farahlaurindo.com.br

Atuação em todo o Brasil